

Notas e Informações

A Constituição

A Constituição de 1988 entra em vigor em meio a grandes pompas. Ela foi elaborada para inovar, adequada à realidade econômica, social e política do País — pelo menos assim se esperava. Com certeza, numa coisa sua promulgação inova: pela primeira vez na história do protocolo mundial as Forças Armadas prestam continência e honras de estilo não ao presidente da República, chefe de Estado, mas aos chefes dos três Poderes. O símbolo traduz perfeitamente a realidade simbolizada: o Estado brasileiro corre o risco de dividir-se em tantos sujeitos da soberania quantos são os Poderes em que ele, Estado, se divide na teoria tradicional. O risco existe, na medida em que a Constituição entregou ao Legislativo, por intermédio da Câmara dos Deputados, o poder de demitir ministros nomeados pelo Executivo sem consulta ao Congresso, e deu ao Judiciário a tarefa de regulamentar por sentenças aqueles dispositivos constitucionais que porventura não o tenham sido pelo Poder Legislativo.

Constituição de um Estado, cuja soberania ela própria fraciona, a Carta Magna que entra hoje em vigor estabeleceu para si própria a sua duração: dentro de cinco anos, ela poderá ser revista por maioria simples do Congresso Nacional.

Assim, esse é o único dispositivo dela que, segundo alguns doutrinadores, poderia merecer o nome de *constituição* — os demais, sujeitos à transitoriedade e não espelhando mais do que acordos de liderança concluídos ao sabor da pressão de lobbies dos mais diversos interesses corporativos, seriam apenas *leis constitucionais*, que como tal se cumprem, sabendo-se que durarão pouco.

Esse é o drama que viverá de hoje em diante a Constituição, e com ela o País. Ela não apenas deve, como *necessita* ser obedecida. No entanto, todos aqueles que porfiarão para que a lei se cumpra fa-lo-ão

na firme convicção de estar cumprindo um dever, não obedecendo a um impulso cívico que vem do coração. Na medida em que a Carta Magna será obedecida por necessidade, sabe-se de antemão que haverá forças que lutarão contra sua efetiva eficácia jurídica. Alguns colocar-se-ão contra ela movidos pela idéia de que, uma vez que poderá ser alterada no todo dentro de cinco anos, não há por que criar, desde agora, situações juridicamente perfeitas, que apenas obrigarão os que acreditarem no poder do Direito. Outros não lhe servirão porque ela cria tais condições para a vida empresarial e para a economia, que será difícil conciliar o cumprimento da Constituição com a sobrevivência empresarial. Esse é um dos aspectos do problema. O outro é que, enquanto haverá os que procurarão se defender e os que buscarão adiar ao máximo o momento em que serão compelidos a obedecer, também existirão os que tudo farão para que a Constituição seja cumprida no rigor do texto escrito, nem que seja à custa do sacrifício das potencialidades contidas na realidade econômica e social do País.

Entre essas duas correntes extremadas, há-de buscar encontrar o caminho não do *necessário*, mas do *possível*; em outras palavras, saber como evitar o pior e aprender a conviver com a Constituição, conscientes de que sem ela o País mergulhará em processo dramático, cujo desfecho não se pode prever. Não será fácil sair em defesa da Lei Maior, especialmente quando se tem plena consciência de que ela desserve à Nação e a seu povo, tal o grau de xenofobia que exhibe, afastando o concurso dos capitais estrangeiros e imaginando que o Brasil do limiar do século XXI pode comportar-se como a tranqüila nação do começo do século XX.

Por tudo isso, aquele que deveria ser um dia de júbilo será um dia de apreensão. Possivelmente apenas uma pessoa esteja satisfeita e tranqüila — distinção im-

portante, pois há igualmente os que estão contentes com aquilo que se partejou a duras penas na Assembléia Nacional Constituinte, mas ainda assim estão intranqüilos. Aquele que vê o futuro com olhos cor-de-rosa é o deputado Ulysses Guimarães, um dos últimos políticos sobreviventes da República de 1946. Para ele, os aspectos graves que renomados juristas apontaram, e aqueles políticos que as pessoas que já leram o livro da História mostraram, não existem. Para s. exa., o que conta é a retórica, o elogio das benesses que a Carta consigna para todos os brasileiros. Os aspectos literariamente positivos bastam a s. exa. para afirmar-se como o "pai da Constituição", e como tal sair pelo Brasil a exibir o "Hvrinho" dos direitos, buscando fazer que o contágio dos comícios leve os delegados do PMDB a lhe imporem o supremo sacrifício de aceitar sua candidatura à Presidência da República.

O deputado Ulysses Guimarães, que a partir de hoje começa a perder sua condição de proconsul, deveria atentar para o significado desse símbolo em que sua pessoa se transformou: *Constituição que tem pai tem vida efêmera*. A Constituição, para ser verdadeira e duradoura, tem de buscar alicerces na sociedade e na História, deitar raízes no povo e ser por assim dizer "possuída" por todos os cidadãos, que dela serão sempre os eternos garantes. Candidatando-se apoiado na imagem de responsável pela elaboração e vida da Constituição de 1988, o deputado Ulysses Guimarães corre o risco de apressar o fim da Carta que tanto empenho pôe em defender. Antes de 1993, quando será revista — e esperamos que ainda haja tempo de a economia recuperar-se das crises em que o documento constitucional hoje promulgado a mergulhará, e de o Estado recuperar a unidade de sua soberania, ameaçada pela Lei que deveria exatamente preservá-la.



Canal 3

O festival de nomeações e decretos que engordou a edição de ontem do Diário Oficial dá o tom do governo Sarney à véspera da promulgação da nova Constituição.

Pela porta entreaberta, ingressam no serviço público, sem concurso, mais de 7 mil funcionários.

Antigos instrumentos do extinto regime militar, que o novo texto constitucional prometeia enterrar, ganham uma cara nova com a maquiagem dos decretos apressados.

Foi assim, por exemplo, que a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional ganhou status de órgão autônomo e o nome de Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional.

Em clima de fim de feira, o presidente José Sarney despede-se da velha ordem jurídica.

Comparece hoje à solenidade da promulgação pedindo para ser chamado de "o servidor número um" da nova Constituição.

Porto seguro

A Portobrás conseguiu salvar da "operação-desmonte" os 10,5 milhões de OTN (mais de Czs 31 bilhões) destinados à construção do porto privado que irá servir ao grupo goiano Sotave nas proximidades de Belém.

O governador do Pará, Hélio Guelros, era contra — a Sotave vive grave crise econômica.

O porto vai sair. Com parecer favorável do ministro dos Transportes, Reinaldo Tavares, endossado pelo presidente José Sarney.

Estréia

No final de 87, os funcionários da Câmara ofereceram um jantar em homenagem a Ulysses Guimarães, numa churrascaria de Brasília.

Em nome dos colegas, o diretor-geral Adelmar Sabino entregou ao presidente uma caneta de ouro. Emocionado, Ulysses disse que assinaria com ela a nova Constituição.

Curiosidade

Álvaro de Souza, vice-presidente do Citibank, foi apanhado de surpresa pela filha Adele com uma pergunta sobre o funcionamento das OTNs fiscais — o sistema de correção monetária diária das aplicações.

Adele tem apenas 12 anos mas já percebeu que, ao ritmo atual da inflação, sua mesada está minguando muito rápido. Mesmo recebendo todo dia 15 em OTNs corrigidas mensalmente.

Como ela ouviu falar nas tais OTNs fiscais...

Comunistas

Depois de amanhã, quando representantes dos partidos estiverem discutindo a Perestroika soviética na Universidade de Brasília, os comunistas brasileiros terão a oportunidade de reaproximação.

Por enquanto, apenas física: Salomão Malina, do PCB, vai sentar-se à mesma mesa com João Amazonas, do PC do B.

A Perestroika dos comunistas brasileiros nem chegou à teoria.

Na mosca

O Chile ganhou apenas uma medalha, de prata, na Olimpíada de Seul.

Rumo ao brejo

O hoje o pecuarista Carlos Viacava, ex-diretor da Cacex, disse num recente leilão de animais — e foi publicado pelo Suplemento Agrícola do Estado — que o governo Sarney não conseguirá domar a inflação.

Isso ficará para o próximo presidente, seja Brizola, Jânio ou o doutor Ulysses — afirmou.

Alguém perguntou qual era sua preferência. Viacava não vacilou:

Fico com o Nelore mocho.

A caráter

A deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP) mandou fazer, especialmente para a solenidade de promulgação da Constituição, dois vestidos de seda. Um verde e outro amarelo.

Último minuto

A Câmara Municipal de São Paulo bateu ontem seu próprio recorde: deixou passar, por decurso de prazo, um pacote de treze projetos de autoria do prefeito Jânio Quadros. Entre eles, o que estabelece pesadas multas para os pedestres.

Hoje, com a promulgação da nova Constituição, desaparece o instituto do decurso de prazo.

O terceiro

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, não é o único detentor da chave de bronze de Brasília, recebida ontem de manhã das mãos do governador Joaquim Roriz.

Antes de Ulysses, duas outras personalidades mereceram a honraria.

Papai Noel e Rei Momo.

Protesto

O presidente da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, vai desancar hoje, publicamente, seu colega José Saulo Ramos, consultor-geral da República.

Mariz entende que Saulo Ramos está tentando "desestabilizar a Constituição".

Moleza

Lucy, mulher do ex-governador Franco Montoro, participou, no Chile, da campanha pelo "não" no plebiscito de hoje.

De volta a São Paulo, engajou-se na campanha do candidato a vereador Siqueira Dias, do PSDB.

Para quem enfrentou Pinhochet, isso é café pequeno — diz Montoro.

Gasoduto

O presidente da Comgás, Lincoln Magalhães, vai integrar a comitiva do presidente José Sarney que estará em Moscou entre os dias 16 e 19 e em Leningrado de 19 a 21.

Ele recebeu o convite ontem do chanceler Abreu Sodré.

Vai aproveitar para dar um empurrão no acordo de cooperação técnica para a construção do gasoduto que um dia poderá ligar Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, a São Paulo, via Corumbá.

Doping

Piadinha que corria ontem no Congresso, em Brasília, dizia que a Folha de S. Paulo é o Ben Johnson da imprensa brasileira.

Usa anabolizantes na circulação.

L. M. e colaboradores

Guardiões do mel

Neste clima de democracia recém-nascida que todos festejam, como se o País estivesse dando, de fato, um grande salto em seu desenvolvimento político, às vezes passa imperceptível a remanescente de uma certa mentalidade, típica da tecnoburocracia militar que tuteiou a Nação por mais de duas décadas — e de origens ainda mais antigas. Mas às vezes tal mentalidade, que ingenuamente muitos julgam varrida pelos novos ventos democratizantes e "constitucionalizantes", vem à tona por inteiro, exibindo o máximo de vitalidade.

Este é o caso da posição assumida e exibida pelo presidente da Petrobrás, Armando Guedes, em palestra proferida aos funcionários em comemoração dos 35 anos da empresa estatal. Ao comentar declarações do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, segundo as quais não aprovaria a emissão de debêntures e ações para levantamento de recursos destinados ao Pasp — Plano de Ação do Setor de Petróleo —, o presidente da estatal afirmou que as restrições dos ministros da área

econômica ao plano que prevê auto-suficiência de petróleo no Brasil em 1997 "serão superadas com o apoio dos ministros militares, das Minas e Energia e do presidente José Sarney". Mais importante, contudo, foi o argumento utilizado pelo presidente da Petrobrás para fundamentar suas previsões. Disse ele que o apoio "entusiástico" dos militares se deve à "igualdade de mentalidades", explicitando: "Nós temos objetivos permanentes, enquanto os políticos variam o seu objetivo de acordo com o mandato".

Nem por encomenda se obteria uma conceituação mais esclarecedora de toda uma *mentalidade*, de toda uma época e, para sermos mais claros, de todo um estágio de *subdesenvolvimento político*. Eis o que pensamos os que não conseguem entender o que seja o conjunto de *instituições permanentes* do Estado — e jamais dos governos —, assim como o conjunto de princípios que informam um regime efetivamente democrático de governo, onde o poder dos servidores públicos, guindados aos es-

calões mais altos da Administração, decorre da *representatividade* institucionalizada e não da vitalidade auto-instituída.

Deixemos de lado, por um momento, o mérito da questão, no sentido de saber se têm razão os ministros da área econômica, que querem *segurar* a emissão de debêntures da Petrobrás, ou a direção da estatal detentora do monopólio legal do petróleo brasileiro, que pretende fazer grandes investimentos para assegurar a auto-suficiência do País dentro de uma década. Registremos apenas que a empresa estatal está tão confiante na aprovação do Pasp — vale dizer, no apoio militar que obterá neste objetivo — que em seu orçamento de 1989 já prevê recursos da ordem de US\$ 3.220 bilhões para investimentos — sendo cerca de US\$ 1,2 bilhão provenientes da emissão de títulos, US\$ 200 milhões de debêntures e US\$ 100 milhões de ações da Petroquisa (subsidiária da Petrobrás).

É evidente que essa confiança do presidente Armando Guedes se fundamenta na certeza da similitude

dos *objetivos permanentes* que possuem os militares e os burocratas da estatal, os quais se contrapõem aos *objetivos provisórios* dos governantes eleitos — pois estes, ao contrário dos *permanentes*, têm mandatos limitados — da mesma forma que todos os cidadãos do País. Enfim, todos são *provisórios* no País, com exceção dos militares e tecnoburocratas!

Vê-se aí bem delineado todo o perfil patrimonialista, corporativista, "reservista de mercado", cartorialista, que sempre encontrou meios de preservar dentro do núcleo do poder ou bem próximo dele uma casta de privilegiados, de *habitués* profissionais do poder, independentemente de partidos políticos, ascendência ou decadência de liderança, renovação ou preservação de quadros: pois estes não são *permanentes*, vão e vêm, enquanto aqueles estão sempre girando em torno, sem jamais afastar-se, de fato, do poder.

É que os políticos e governantes eleitos são as *moscas*, enquanto estes cidadãos *permanentes* são os *guardiões do mel*...

O palco e o porão

O êxito da missão do ônibus espacial Discovery suscita reflexões muito além do significado de uma vitória científico-tecnológica norte-americana, dos resultados práticos das investigações da nave — sobre o que quase tudo já se sabe — ou considerações que o valham. O verdadeiro sentido dessa bem-sucedida missão é de natureza política: demonstra, antes de mais nada, que os EUA têm a coragem exemplar das democracias, que é a de não esconder da sociedade, da opinião pública — no caso interna e internacional —, seus próprios defeitos, seus erros e mazelas. E assim como tem a audácia de confessar e assumir as próprias falhas, uma administração pública, sob um regime de governo genuinamente democrático, também *ousa* tentar acertar mais uma vez, mesmo que isso implique arriscar-se a um novo erro.

Se a primeira missão espacial norte-americana realizada após a tragédia do Challenger, em 1986, tivesse também malogrado — e por desgraça fazendo novas vítimas —, o grau de frustração e revolta a que chegaria a opinião pública norte-americana seria insuportável, assim como seria insuportável seria a que nível desceria a

imagem tecnocientífica dos EUA perante o mundo. Entretanto, democracia é um regime que vive e sobrevive dos próprios riscos e que jamais cogita de manipular ou sugar informações à opinião pública, com o objetivo de deixá-la mais confiante, esperançosa ou otimista.

Comparemos, por exemplo, a tragédia do Challenger com a tragédia de Chernobyl. Enquanto o acidente espacial, que tirou a vida de sete astronautas norte-americanos, foi "passado" ao mundo da maneira mais clara, limpa possível — sem qualquer manipulação ou sonegação de informações —, o acidente nuclear que afetou não só uma região da URSS mas também várias regiões do planeta, atingindo direta ou indiretamente um sem-número de pessoas, permaneceu durante muito tempo envolto em denso mistério, sem que as autoridades soviéticas se dispusessem a prestar maiores esclarecimentos a respeito.

Mas não é apenas no campo dos acidentes espetaculares, o que equivale dizer, no caso, no campo da administração pública ligado à sofisticada tecnologia, que se tornam bem claras as diferenças en-

tre as duas superpotências militares. No campo da organização e da sucessão política, principalmente, parecem notórias as diferenças entre o regime do *palco* e do *porão*: de um lado, temos uma disputa entre candidaturas transmitida ao vivo e em cores para o mundo inteiro, muitas vezes descendo ao nível de uma "lavada de roupa suja" perante centenas de milhões de pessoas; de outro, temos mudanças fundamentais na cúpula do governo, sempre por meio dos misteriosos "expurgos" — mesmo sem as soluções fatais para os expurgados, como antigamente —, mas onde a opinião pública interna e a externa são impedidas de conhecer "ao vivo" as divergências, os conflitos ideológicos e a luta pelo poder. Qual foi o "debate" havido entre o antigo e o novo chefe de Estado soviético, Andrei Gromyko e Mikhail Gorbachev?

A retirada do Vietnã foi feita após um fortíssimo movimento de pressão interna, da sociedade norte-americana, e em meio a feridas morais profundas que demoraram muito tempo para cicatrizar. E a retirada do Afeganistão? Por que canais, na URSS, se expressam os sentimentos populares em rela-

ção a esse longo e sangrento engajamento militar?

Em termos de *palco*, Watergate foi uma das peças mais escandalosas já exibidas ao mundo, nem por isso mereceu qualquer tipo de censura: as investigações, tanto no âmbito do Congresso quanto no do Judiciário, eram absolutamente transparentes para a opinião pública. Diga-se o mesmo em relação ao mais recente escândalo Irã/Contras — que inclusive é prato para a máxima exploração político-eleitoral, por parte do candidato opositorista, o democrata Dukakis.

São visões de mundo — de sistema econômico, político, de governo e sobretudo de "apego à verdade" — fundamentalmente diferentes, muito embora hoje em dia os dois países pareçam menos distantes e hostis do que antes. O palco escancarado da democracia pode abrigar sucessos, mas também muitos fiascos — com retumbantes vaia e até esvaziamento da platéia eleitoral, por decepção. Mas é melhor arriscar-se neles do que viver confinado nos porões abafados dos regimes de força — sem riscos para os que não ousam sair...

Urge rever o programa do álcool

Os preços do petróleo voltaram a cair no mercado internacional, tendo chegado a menos de 12 dólares o barril pela primeira vez desde meados de 1986. Tal tendência deverá manter-se por dois motivos: primeiro, o fim da guerra entre Irã e Iraque levou esses países a produzir mais para compensar perdas que alguns estimam em torno de 100 bilhões de dólares, nisso incluído, é óbvio, não apenas o que deixaram de receber com a queda da produção, mas também os prejuízos materiais e outros, de variada ordem, decorrentes do longo e infrutífero conflito em que se empenharam. O segundo fator: os países da Opep não estão cumprindo as cotas fixadas, e a Arábia Saudita, que até há pouco vinha contendo sua produção, está exportando mais, oferecendo até, ao que se informa, condições especiais de pagamento. Estima-se tenha colocado no mercado mais de cinco milhões de barris por dia no mês de setembro, ultrapassando de 900 mil barris/dia a previsão da Opep. Esse volume, porém, pode ter sido maior.

Na verdade, trata-se, primeiro, de uma reação contra os desrespeitos de outras nações produtoras, que não se têm atido às suas cotas, e, mais ainda, à necessidade de a Arábia Saudita aumentar sua receita, ante o déficit

apresentado por suas contas. E os gastos, embora contidos, continuam excessivamente elevados. O ministro do petróleo da Indonésia chegou a afirmar, neste fim de semana, que os preços poderão cair a até cinco dólares o barril — o que, constituindo talvez um exagero, provocou todavia, sem dúvida, um movimento especulativo no mercado, derrubando ainda mais as cotações.

O Brasil, que importa 600 mil barris por dia, em grande parte da Arábia Saudita, certamente está se aproveitando dessa situação, mas apenas como país, porquanto o consumidor de derivados de petróleo, entre estes os proprietários de veículos, em nada está sendo beneficiado pelo recuo acentuado das cotações. Enquanto os preços do barril de petróleo caíram em mais de 16%, nos últimos meses, os de derivados, principalmente gasolina, diesel e, puxando a alta, o álcool, subiram em média, este ano, muito acima da inflação de quase 400%. Há várias razões que levam a esta distorção, prejudicial ao consumidor nacional: a desvalorização do cruzado, os impostos (que passam de 50% do preço médio), os custos internos e as taxas de equalização.

Nesse panorama, porém, avulta um fator a ser considerado: é o preço do álcool, que imp-

de, de certa forma, uma eventual redução ou um reajuste menor dos preços dos derivados de petróleo. O custo de um barril de álcool equivale a algo em torno de 50 dólares, segundo dados da Petrobrás, o que inviabiliza qualquer hipótese de contenção da alta dos derivados de petróleo no mercado interno. Totalmente produzido no País, a custo muito elevado, o álcool absorve e transfere à população, levando atrás de si os outros combustíveis, toda a carga da inflação, que marcha para os 800% este ano. O governo não tentou repassar ao consumidor as vantagens decorrentes da baixa acentuada dos preços do petróleo, mas, ainda que o quisesse, teria de resolver o problema da paridade álcool-gasolina, hoje de 69%. O álcool mantém os preços em um nível elevado. De pouco adianta, portanto, para o consumidor, a *debêncle* das cotações do petróleo no exterior. Continuará pagando cada vez mais, internamente, subsidiando do seu bolso o governo, por meio dos impostos, e ainda os produtores de álcool.

Qual a solução? Evidentemente, não se pode pensar em pôr um fim ao Proálcool. Cabe, porém, ao governo reformular o programa, o qual embora apresentando inúmeros aspectos econômicos e sociais positivos, foi priciao no momento em que o petróleo

estava a 30 dólares o barril. A 12 dólares, ou menos, o programa do álcool, sem dúvida, deve ser totalmente revisto, de molde a tornar ilusória a meta dos usineiros de chegar a 300 mil barris/dia em 1992. O caminho, portanto, seria desestimular a produção de carros a álcool e incentivar a de gasolina, até chegar-se a algo em torno de 50%. Hoje, o carro a álcool representa 90% da produção nacional. Isso é agravado pelo fato de que o sucateamento da frota, feito a partir dos carros mais velhos, reduz, portanto, o número de veículos movidos a gasolina que estão circulando no País.

A indústria automobilística está atenta para o problema pelo que começa a produzir mais carros a gasolina. Todavia, urge um gesto do governo para que se reduza essa enorme diferença entre as frota dos dois tipos de veículos.

Não estamos propondo a liquidação do Proálcool, mas apenas o seu enquadramento a uma nova realidade, para que o consumidor possa, um dia, ser beneficiado pelas quedas do preço do petróleo e menos punido pelas altas excessivas — e até mesmo abusivas — dos custos de produção e dos preços do álcool. Não há razão para que ele continue subsidiando um programa ainda preso ao passado.

O ESTADO DE S. PAULO

Publicação do S. A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Coetane Álvares, 55 CEP 02598
São Paulo SP Caixa Postal 8005
CEP 01051-SP Tel 856-2122 (PABX)
E Telegráfico: ESTADO Telex: 011-23511

<p>Diretor Responsável Júlio de Mesquita Neto</p> <p>Diretor Júlio César Mesquita</p> <p>Diretor de Redação Augusto Nunes</p>	<p>Diretores José Vieira de Carvalho Mesquita Júlio de Mesquita Neto Luiz Vieira de Carvalho Mesquita Ruy Mesquita César Tácio Lopes Costa José M. Hornem de Moraes Oliveiros S. Ferreira</p>
--	--

JULIO MESQUITA (1891-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1927-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1927-1969)

Américo de Campos (1875-1884)
Francisco Rangel Pestana (1875-1890)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)